



eleições
2014



Dilma e Aécio fazem a disputa do 2º turno

Candidata do PT, com 43,2 milhões de votos, e candidato do PSDB, com 34,9 milhões de votos, repetem polarização partidária das últimas cinco eleições presidenciais.

Disputando a reeleição, Dilma foi a mais votada em 15 estados. O senador Aécio ficou na dianteira em 10 estados. **8**

Dilma Rousseff obteve 41,6% dos votos válidos contra 33,5% de Aécio Neves. Os dois vão agora disputar o segundo turno, marcado para 26 de outubro

Senado tem 22 novos nomes e cinco reeleitos para 2015

Das 27 cadeiras em disputa na votação de ontem, 5 continuarão com os atuais ocupantes: Alvaro, Collor, Kátia Abreu, Maria do Carmo e Gurgacz

Além dos cinco reeleitos, o Brasil escolheu ontem, para os próximos oito anos no Senado, pessoas que têm experiência como deputados federais, governadores, prefeitos e vereadores e ministro. Há também ex-senadores que voltam ao cargo, como Tasso Jereissati e José Maranhão. Os 27 escolhidos, um de cada estado, fazem parte da

renovação de um terço da Casa. A configuração partidária do Senado ainda pode ser alterada pelo segundo turno da eleição presidencial e das eleições aos governos estaduais, já que há senadores na disputa. Não conseguiram reeleição os senadores Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Mário Couto, Mozarildo Cavalcanti e Gim. **2**

Senadores eleitos, por partido

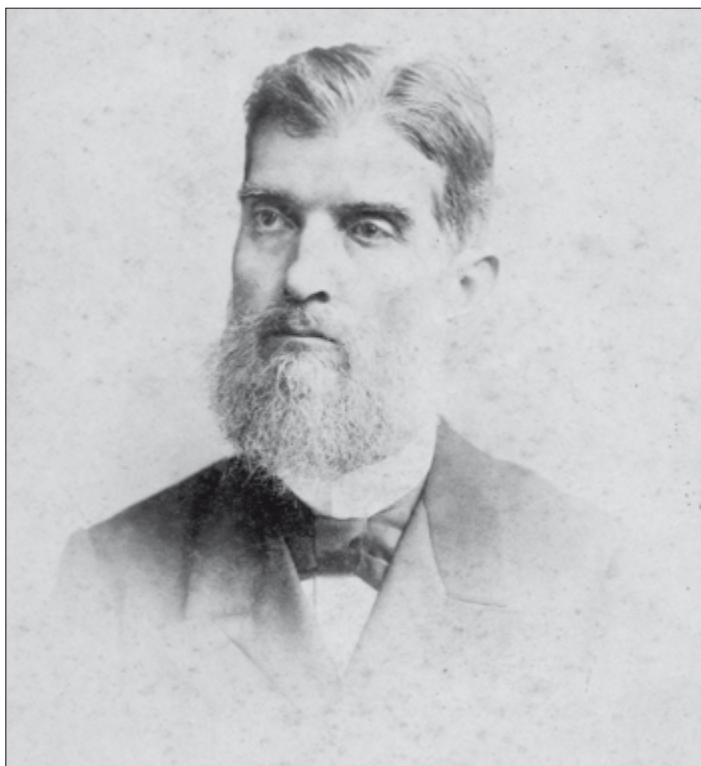
Dário Berger	José Maranhão	Kátia Abreu	Rose de Freitas	Simone Tebet	Acir Gurgacz	Lasier Martins	Reguffe	Telmário Mota	Fernando Bezerra Coelho	Roberto Rocha	Romário	Alvaro Dias	Antonio Anastasia	José Serra	Tasso Jereissati	Davi Alcolumbre	Maria do Carmo	Ronaldo Caiado	Omar Aziz	Otto Alencar	Fátima Bezerra	Paulo Rocha	Elmano Férrer	Fernando Collor	Gladson Cameli	Wellington Fagundes
PMDB (5)					PDT (4)				PSB (3)			PSDB (4)			DEM (3)				PSD (2)		PT (2)		PTB (2)		PP (1)	PR (1)

Fonte: TSE

Composição das bancadas muda a partir de fevereiro **2**

Dois senadores são eleitos para governos estaduais **2**

ARQUIVO **S**



Coletânea M. H. P. Prudente de Moraes

Curiosidades marcam a primeira eleição direta do país, há 120 anos

Sem o voto de mulheres ou analfabetos, a eleição presidencial de 1894 foi a primeira após a Proclamação da República. O resultado do pleito, vencido por Prudente de Moraes, mostra que 205 pessoas receberam votos — a maioria delas, apenas um. Naquele tempo, não era necessário

registro de candidatura, o que permitia a alguém homenagear um amigo ou parente. Além disso, o sistema de votação era caótico, conforme registrou Machado de Assis em crônica. Conheça detalhes na seção *Arquivo S*, parceria do **Jornal** com o Arquivo do Senado. **6 e 7**

Prudente de Moraes exercia o cargo de senador quando foi eleito com 83% dos votos, resultado que chegou a ser contestado em sessão do Congresso

Quase 20% dos eleitores aptos a votar não compareceram **4**

PT e PMDB mantêm maiores bancadas na Câmara **4**

Alvaro Dias, Fernando Collor, Kátia Abreu, Maria do Carmo Alves e Acir Gurgacz terão mais oito anos na Casa; as outras 22 cadeiras em disputa terão novos ocupantes

Cinco senadores renovam seus mandatos

DAS 27 CADEIRAS disputadas ontem para o Senado, 5 continuarão sendo ocupadas por senadores reeleitos, dentre 10 que tentaram renovar os mandatos.

A lista é encabeçada por Alvaro Dias (PSDB-PR), que venceu com 77% dos votos válidos. Além dele, continuam senadores por mais oito anos Fernando Collor (PTB-AL), Kátia Abreu (PMDB-TO), Maria do Carmo Alves (DEM-RN) e Acir Gurgacz (PDT-RO).

Entre os senadores que não conseguiram a reeleição estão Eduardo Suplicy (PT-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS). Suplicy foi derrotado pelo ex-governador José Serra (PSDB-

SP). Simon ficou em terceiro em uma disputa acirrada que foi vencida pelo jornalista Lasier Martins (PDT-RS). Os outros que não se reelegeram foram Mário Couto (PSDB-PA), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Gim (PTB-DF).

Couto será substituído por Paulo Rocha (PT-PA), ex-deputado federal. O substituto de Gim será o deputado federal Reguffe (PDT-DF). Já Mozarildo, que ficou em quarto lugar na eleição, dará lugar a Telmário Mota (PDT-RR), ex-vereador em Boa Vista.

Ronaldo Caiado (DEM-GO), deputado há quatro legislaturas, ocupará a cadeira de Cyro Miranda (PSDB-GO). Romário

(PSB-RJ), famoso jogador de futebol, ocupará o lugar de Francisco Dornelles (PP-RJ).

Rose de Freitas (PMDB-ES) tomará o lugar de Ana Rita (PT-ES). Fátima Bezerra (PT-RN) ocupará a vaga de Ivonete Dantas (PMDB-RN).

Substitutos

Os outros deputados federais que tomarão assento no Senado a partir de 2015 são Wellington Fagundes (PR-MT), no lugar de Jayme Campos (DEM-MT); Davi Alcolumbre (DEM-AP), substituindo José Sarney (PMDB-AP); e Gladson Cameli (PP-AC), na saída de Anibal Diniz (PT-AC).

Antonio Anastasia (PSDB-

MG) e Omar Aziz (PSD-AM) são os dois governadores que renunciaram para concorrer ao Senado e tiveram sucesso. Eles substituem, respectivamente, Antônio Aureliano (PSDB-MG) e Alfredo Nascimento (PR-AM).

Otto Alencar (PSD-BA) deixou o posto de vice-governador da Bahia para se candidatar. Substituirá João Durval (PDT-BA). Roberto Rocha (PSB-MA), vice-prefeito de São Luís, entrará no lugar de Epiácio Cafeteira (PTB-MA).

Dário Berger (PMDB-SC), que dirigiu as cidades de São José e Florianópolis, agora vai ocupar o lugar de Casildo Maldaner (PMDB-SC). Elmano Férrer (PTB-PI), prefeito de

Teresina até 2012, renderá João Vicente Claudino (PTB-PI).

Outro vindo do Executivo é Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que substituirá de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

Nomes conhecidos no Senado também estão de volta. Tasso Jereissati (PSDB-CE), ex-governador do Ceará, substitui Inácio Arruda (PCdoB-CE). José Maranhão (PMDB-PB), que governou a Paraíba, retorna na vaga de Cícero Lucena (PSDB-PB). Já Simone Tebet (PMDB-MS), filha do ex-senador Ramez Tebet, ocupará a vaga deixada por Ruben Figueiró (PSDB-MS).

Veja nas páginas seguintes os perfis dos 27 eleitos.

PMDB, PT e PSDB mantêm as maiores bancadas e PSB cresce

O PMDB manteve a maior bancada do Senado, mesmo perdendo um integrante. O partido do presidente da Casa, Renan Calheiros (AL), tem agora 18 senadores.

O PT continua como a segunda força, com 12 cadeiras, o que representa também a perda de um membro.

Em terceiro permanece o PSDB, com 10 senadores, 2 a menos do que antes do pleito deste ano.

Encerram os mandatos os tucanos Antônio Aureliano (MG), Cícero Lucena (PB), Cyro Miranda (GO) e Ruben Figueiró (MS). Além disso, no Pará, Mário Couto não conseguiu a reeleição. Em compensação, o partido elegeu três novos membros: José Serra (SP), Antonio Anastasia (MG) e Tasso Jereissati (CE).

O PSB chegou à disputa com quatro senadores e sai

das urnas com sete. Além de manter toda a bancada, elegeu Romário (RJ), Fernando Bezerra Coelho (PE) e Roberto Rocha (MA). Com isso, passa a ter a quarta maior bancada do Senado.

Outro partido que sairá do domingo eleitoral maior do que chegou é o PSD. Em sua primeira eleição para o Legislativo federal, a sigla elegeu dois senadores — Otto Alencar (BA) e Omar Aziz (BA) — e agora tem três membros.

Mais três partidos ganharam um senador cada. O PDT perdeu Pedro Taques (MT), eleito governador em primeiro turno, e João Durval (BA), em fim de mandato, mas acrescentará Lasier Martins (RS), Reguffe (DF) e Telmário Mota (RR).

O PPS se beneficia com a saída de Taques: é o partido do suplente que assumirá o

mandato, José Antônio Medeiros. O DEM compensa a saída de Jayme Campos (MT), que conclui o mandato, com as chegadas de Ronaldo Caiado (GO) e Davi Alcolumbre (AP).

Quem mais perdeu foi o PTB. O partido verá quatro parlamentares da atual bancada deixarem a Casa. Mozarildo Cavalcanti (DF), Gim (DF), Epiácio Cafeteira (PB) e João Vicente Claudino (PI) encerraram os mandatos. Mas uma das vagas, a de Claudino, será ocupada pelo correligionário Elmano Férrer, que irá juntar-se a outros dois petebistas. Já o PCdoB perdeu um de seus dois senadores: Inácio Arruda (CE).

Possíveis mudanças

O segundo turno da eleição presidencial e das eleições aos governos estaduais ainda pode trazer mudanças na configuração partidária do Senado, já

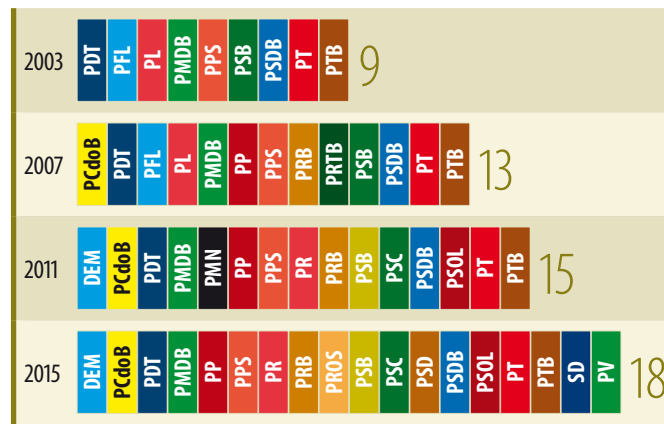
que ainda há senadores na disputa. Aécio Neves (PSDB-MG) disputará a Presidência, tendo como candidato a vice Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Outro tucano, Cássio Cunha Lima (PB), compete ao governo do estado.

Dois senadores do PMDB,

Eduardo Braga (AM) e Eunício Oliveira (CE), disputam os governos de seus estados no segundo turno. Os demais partidos que têm senadores no segundo turno são o PT (Delcídio do Amaral, MS), o PSB (Rodrigo Rollemberg, DF) e o PRB (Marcelo Crivella, RJ).

Evolução do número de partidos no Senado

Em 12 anos, duplicou a quantidade de legendas na Casa, num crescimento constante que pode implicar mais negociação e diálogo



Senadores se elegem governadores

Dois senadores que disputavam o cargo de governador venceram logo no primeiro turno: Wellington Dias (PT), no Piauí, que obteve 63% dos votos válidos, e Pedro Taques (PDT), em Mato Grosso, com 57,25%.

Dos outros 16 senadores que disputaram governos, 6 irão para o segundo turno: Eduardo Braga (PMDB) no Amazonas, contra José Melo (Pros); Eunício Oliveira (PMDB) no Ceará, contra Camilo Santana (PT); Rodrigo Rollemberg (PSB) no Distrito Federal, contra Jofran Frejat (PR); Delcídio do Amaral (PT) em Mato Grosso do Sul, contra Reinaldo Azambuja (PSDB); Cássio Cunha Lima (PSDB) na Paraíba, contra Ricardo Coutinho (PSB); e Marcelo Crivella (PRB) no Rio de Janeiro, contra Luiz



Wellington Dias será o governador do Piauí e Pedro Taques, de Mato Grosso



Fernando Pezão (PMDB). Deixaram a disputa Lídice da Mata (PSB) na Bahia, Lobão Filho (PMDB) no Maranhão, Armando Monteiro (PTB) em Pernambuco, Ana Amélia (PP) no Rio Grande do Sul, Ângela Portela (PT) em Roraima,

Paulo Bauer (PSDB) em Santa Catarina, Eduardo Amorim (PSC) em Sergipe e Roberto Requião (PMDB) e Gleisi Hoffmann (PT) no Paraná.

Todos eles continuam no Senado até 31 de janeiro de 2019.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- | | |
|--|---|
| <p>TER SEG</p> <p>PLENÁRIO Discursos
14h Sessão não deliberativa.</p> <p>MEDIDAS PROVISÓRIAS Reuniões
11h Reunião da comissão que analisa a MP sobre desoneração da folha. Às 14h30, a MP que cria programa para desenvolver a aviação regional. Às 14h40, a MP sobre fiscalização das atividades farmacêuticas.</p> | <p>QUA</p> <p>CPMI DA PETROBRAS Depoimento
10h15 A CPI Mista da Petrobras toma depoimento de Meire Poza, ex-contadora do doleiro Alberto Youssef.</p> <p>ORÇAMENTO Relatório preliminar
14h30 Votação do relatório preliminar ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015 e créditos adicionais.</p> |
|--|---|

SESSÃO ON-LINE

- | | |
|--|--|
| Confira a íntegra das sessões no Plenário : http://bit.ly/plenarioOnline | Confira a íntegra das sessões nas comissões : http://bit.ly/comissoesOnline |
|--|--|

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



FOTO: BETO OLIVEIRA/CO

AC Gladson Cameli (PP)

■ Gladson de Lima Cameli é engenheiro civil, nascido em Cruzeiro do Sul (AC), em 1978. Formado no Instituto Luterano de Ensino Superior de Manaus, é casado e tem um filho. Influenciado pelo tio e ex-governador do Acre, Orleir Cameli, Gladson se filiou ao PFL e ao PPS. Em 2005, ao entrar no PP, candidatou-se a deputado federal e foi eleito em 2006, sendo reeleito quatro anos depois. Na primeira votação, obteve 18,8 mil votos. Na segunda, mais de 30 mil votos.

Na Câmara, destacou-se na relatoria do projeto que viabiliza a criação das zonas de processamento de exportação no Acre e também na autoria de projetos de lei como o que obriga a instalação de câmeras de segurança em todas as escolas públicas do país.

Entre as propostas que Gladson vai defender no Senado, estão construção de ponte sobre o Rio Madeira, anistia das multas ambientais aos produtores acrianos e renegociação da dívida de estados e municípios. Também defende o fortalecimento da Polícia Federal para maior controle nas fronteiras.

Ele afirma ser contra o aborto e a descriminalização das drogas e defende a redução da maioria penal para 16 anos.

- BENS DECLARADOS: R\$ 514.392,07
- SUPLENTE: Mailza Gomes (PSDB) e Bispo José (PSC)



FOTO: LIA DE PAULA/AGÊNCIA SENADO

AL Fernando Collor (PTB)

■ Fernando Collor de Mello foi reeleito para o Senado com 55,7% dos votos válidos. Nascido no Rio de Janeiro em 1949, é formado em jornalismo e tem bacharelado em ciências econômicas pela Universidade Federal de Alagoas. Em 1973, assumiu o comando do jornal da família em Maceió, a Gazeta de Alagoas.

Iniciou a carreira política como prefeito nomeado de Maceió em 1979 e, três anos depois, foi eleito deputado federal pelo PDS. Em 1986, elegeu-se governador de Alagoas pelo PMDB. Nas primeiras eleições diretas para presidente após a ditadura, em 1989, venceu Lula (PT) no 2º turno. Em 1992, foi afastado do cargo em decorrência da abertura de processo de impeachment na Câmara. Renunciou ao mandato, ficou inelegível por 8 anos a partir de decisão do Senado e foi absolvido das acusações pelo STF. De volta à vida política, disputou o governo de Alagoas em 2002, e em 2006 elegeu-se senador.

Foi presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE) e atualmente preside a Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado.

- BENS DECLARADOS: R\$ 20.308.319,48
- SUPLENTE: Drª Renilde (PTB) e Severino Leão (PTB)



FOTO: ALEX PAZUELO/AGECOM-AM

AM Omar Aziz (PSD)

■ Natural da cidade de Garça, interior de São Paulo, Omar José Abdel Aziz nasceu em 1958 e é formado em engenharia civil pela Universidade Federal do Amazonas. É casado e tem três filhos. Seu primeiro cargo eletivo foi o de vereador de Manaus, em 1988, sendo reeleito em 1992. Dois anos depois, foi o deputado estadual mais votado e, em 2002, elegeu-se vice-governador na chapa de Eduardo Braga, sendo reeleito quatro anos depois. Em 2010, Aziz foi eleito o governador mais votado da história do Amazonas, com 63,9% do total de votos.

Educação e saúde são os temas prioritários de Omar Aziz para debater no Senado. Ele afirma que vai trabalhar para levar recursos ao estado e viabilizar a construção dos centros de educação em tempo integral no interior. Segundo Aziz, o governo federal não administra a estrutura, a atividade-meio das escolas, o que é um desperdício. Sobre o tema saúde, ele diz que é preciso avançar na prevenção. Aziz declara ser a favor da redução da maioria penal. Para ele, o menor de idade pode ser responsabilizado por atos criminosos.

- BENS DECLARADOS: R\$ 1.650.485,60
- SUPLENTE: Dr. Helder Cavalcante (PR) e Luis Mitozo (PSD)



FOTO: GILBERTO NASCIMENTO/CO

AP Davi Alcolumbre (DEM)

■ David Samuel Alcolumbre Tobelem é natural de Macapá e tem 37 anos. Comerciante, chegou a cursar Ciências Econômicas no Centro de Ensino Superior do Amapá, mas não concluiu o curso. Em 1999, filiou-se ao PDT, partido pelo qual foi eleito vereador em 2000.

Também pelo PDT, elegeu-se deputado federal pela primeira vez, em 2002. Foi reeleito em 2006, quando passou a fazer parte do DEM — na época, PFL. Nesse período, Alcolumbre licenciou-se da Câmara dos Deputados para assumir o cargo de secretário municipal de Obras e Serviços Públicos de Macapá até o ano de 2010.

Davi Alcolumbre está no terceiro mandato de deputado federal. Na Câmara, já foi membro titular das Comissões de Minas e Energia, de Viação e Transportes e de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. Integrou as CPLs do Extermínio no Nordeste e da Subnutrição de Crianças Indígenas. Entre as propostas dele na Câmara, destaca-se projeto que proíbe a venda de combustíveis e líquidos inflamáveis a crianças.

- BENS DECLARADOS: R\$ 585.000,00
- SUPLENTE: Josiel (DEM) e Marquinho (DEM)



FOTO: DIVULGAÇÃO

BA Otto Alencar (PSD)

■ Natural do município de Ruy Barbosa, na Bahia, Otto Roberto Mendonça de Alencar nasceu em 1947, é formado em medicina pela Universidade Federal da Bahia e especializado em medicina do trabalho e em saúde ocupacional. Iniciou sua vida profissional na medicina e, em 1986, foi eleito ao primeiro cargo eletivo como deputado estadual. Na segunda eleição a que concorreu, em 1990, terminou como o deputado mais votado e foi reeleito em seguida. Eleito vice-governador da Bahia em 1998, coordenou o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, que visava ao crescimento econômico da população por meio dos benefícios hídricos do Rio São Francisco. Em 2011, fundou o PSD com Gilberto Kassab. É presidente do partido na Bahia.

Otto Alencar afirma que vai defender no Senado que os impostos sobre venda de cigarros e de bebidas sejam direcionados para a melhoria da saúde. Também defende a reforma política. Entre as propostas que devem ser encampadas pelo candidato, está o mandato de cinco anos para todos os cargos eletivos. Otto também é favorável à reforma do Código Penal.

- BENS DECLARADOS: R\$ 2.481.575,01
- SUPLENTE: Abel Rebouças (PDT) e Marizete (PT)



FOTO: JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA SENADO

CE Tasso Jereissati (PSDB)

■ Natural de Fortaleza, Tasso Ribeiro Jereissati nasceu em 1948. Filho do ex-senador Carlos Jereissati, é formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas e iniciou a vida política elegeu-se governador do Ceará, em 1986. Em 1994, voltou a ocupar o governo do estado, reelegendo-se em 1998.

Em 2002 chegou ao Senado e priorizou debates sobre violência e segurança pública, além de tributação, orçamento, saúde, educação, pesquisas com células-tronco, combate às desigualdades regionais, trabalho escravo e financiamentos agrícolas. Tasso propôs ainda um novo modo de correção do FGTS. A proposta sugere correção de acordo com a inflação, mais 3% de juro real.

Tasso tentou a reeleição como senador em 2010, mas os 1.754.567 votos alcançados não foram suficientes para conquistar a vitória. De volta ao Senado agora, pretende intensificar a fiscalização das ações do governo. Segundo ele, suas bandeiras serão saúde, educação e qualidade de vida para o estado do Ceará. A geração de empregos também será prioridade, de acordo com Tasso.

- BENS DECLARADOS: R\$ 389.019.698,60
- SUPLENTE: Chiquinho Feitosa (DEM) e Fernando Façanha (PSDB)



FOTO: LUCIO BERNARDO JR./CO

DF Reguffe (PDT)

■ José Antônio Reguffe é economista e jornalista. Nascido em 1972 no Rio de Janeiro, concorreu pela primeira vez a um cargo eletivo em 2007, quando foi eleito deputado distrital pelo PDT. Em 2010, foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal com a maior votação proporcional do país — 18,95% dos votos válidos.

Na Câmara Legislativa do DF, abriu mão dos salários extras, de 14 dos 23 assessores e da verba indenizatória, economizando cerca de R\$ 3 milhões em quatro anos. Fez o mesmo na Câmara dos Deputados, onde foi vice-líder do partido e titular da Comissão de Defesa do Consumidor e das comissões especiais da PEC que altera a posse para cargo eletivo, da PEC da Reforma Política e da PEC que trata do Sistema Distrital Misto. Foi autor de projetos sobre reforma política, direitos do consumidor e mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para permitir matrícula no ensino fundamental no ano em que a criança completar 6 anos.

No Senado, Reguffe pretende defender a aprovação de uma reforma política e correção nos limites de isenção da tabela de Imposto de Renda.

- BENS DECLARADOS: R\$ 2.793.650,22
- SUPLENTE: José Carlos Vasconcellos (PDT) e Fadi Faraj (SD)



FOTO: GUSTAVO LIMA/CO

ES Rose de Freitas (PMDB)

■ Rosilda de Freitas, nome parlamentar Rose de Freitas, nasceu em 1949, em Caratinga, Minas Gerais. É jornalista, radialista, professora, produtora rural e agrimensora. Filiou-se ao MDB em 1976 e em 1982 foi eleita deputada estadual pelo partido, hoje PMDB. Em 1986, elegeu-se deputada federal constituinte. Atuou em seis mandatos na Câmara dos Deputados, entre 1987 e 2011. Rose foi a primeira mulher a compor as Mesas Diretores do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados, sendo eleita vice-presidente, em 2011.

Rose é autora de leis como a que aumentou a pena de 8 para 12 anos de prisão para os crimes de estupro. É uma das autoras da PEC 48/2007, que reduz a idade penal para 16 anos, e relatou projeto que extingue o fator previdenciário.

As bandeiras dela no Senado são educação, direitos da mulher e saúde. Ela defende a destinação de 10% do PIB para a saúde. Também pretende debater a destinação dos recursos dos royalties de petróleo e do que é recolhido com o ICMS. Afirma ainda que vai lutar para que mais recursos sejam destinados a seu estado.

- BENS DECLARADOS: R\$ 988.566,00
- SUPLENTE: Luiz Pastore (PMDB) e Schariff Moyses (PSDB)



FOTO: JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA SENADO

GO Ronaldo Caiado (DEM)

■ Nascido em Anápolis, Goiás, Ronaldo Ramos Caiado nasceu em 1949. É médico, professor e produtor rural. Participou da criação da União Democrática Ruralista (UDR) e concorreu à Presidência da República em 1989. Seu primeiro cargo político foi em 1991, quando foi eleito deputado federal por Goiás. Concorreu ao governo de Goiás em 1994 e recebeu 23% dos votos. Voltou à Câmara em 1999 e foi reeleito em 2003, 2007 e 2011.

Na Câmara, como presidente da Comissão de Agricultura, atuou na questão do endividamento do produtor rural e na defesa do setor produtivo primário. Ajudou a criar a Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária e esteve à frente de mobilizações do setor rural desde a Constituinte, quando contribuiu com a garantia do direito de propriedade. Foi líder da bancada de deputados do DEM e atuou como líder da oposição no Parlamento.

Caiado é a favor da redução da maioria penal e se comprometeu a buscar a aprovação dessa proposta no Senado. Também é favorável à PEC 300, que cria um piso nacional para os policiais militares e bombeiros de todo o país.

- BENS DECLARADOS: R\$ 7.232.461,92
- SUPLENTE: Luiz Carlos do Carmo (PMDB) e Eladio Carneiro (PMDB)



MA Roberto Rocha (PSB)

FOTO: DIOGENIS SANTOS/CO

■ Roberto Coelho Rocha nasceu em 4 de agosto de 1965 em São Luís (MA). Graduado em administração, atua nas empresas de comunicação da família e é casado. É filho de Luiz Rocha, governador eleito no Maranhão em 1982, na primeira eleição direta para os governos estaduais durante a fase de abertura do regime militar.

Atual vice-prefeito de São Luís, foi deputado estadual e deputado federal por três mandatos. Exerceu a presidência da Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados e ocupou a vice-presidência da Comissão Mista de Orçamento. Como deputado federal, dedicou emendas às áreas de educação e segurança e contribuiu para a instalação de escritório da Embrapa em seu estado. Preside o Consórcio Intermunicipal de Produção (Cinpra) e da Confederação de Consórcios Intermunicipais do Brasil (Conaci/Br).

Entre as prioridades de Rocha para o Senado, deverão estar as áreas de saúde, educação, segurança pública, ciência e tecnologia, além dos 217 municípios maranhenses.

- BENS DECLARADOS: R\$ 152.252,30
- SUPLENTE: Pinto Itamaraty (PSDB) e Paulo Matos (PPS)



MG Antonio Anastasia (PSDB)

FOTO: ERIC HAYNES

■ Ex-governador de Minas Gerais, Antonio Augusto Junho Anastasia nasceu em Belo Horizonte, em 9 de maio de 1961, e é solteiro. Formou-se em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde se tornou professor de direito administrativo. Começou a carreira política em 1991, como secretário-adjunto de Planejamento e Coordenação-Geral de Minas Gerais. No governo Fernando Henrique Cardoso, Anastasia foi secretário-executivo dos Ministérios do Trabalho (1995–1999), onde chegou a ser ministro interino, e da Justiça (1999–2002).

Foi um dos principais colaboradores de Aécio Neves no governo de Minas Gerais. Em 2003, como secretário de Planejamento e Gestão, Anastasia coordenou a implantação do Choque de Gestão, programa destinado a conter o déficit financeiro do estado e reorganizar a administração pública, e acumulou a titularidade da Secretaria de Defesa Social. Em 2006 foi eleito vice-governador. Com a renúncia de Aécio em 2010, assumiu o governo do estado. No mesmo ano, Anastasia foi eleito governador. Ele renunciou em 4 de abril de 2012 para disputar o Senado.

- BENS DECLARADOS: R\$ 562.000,00
- SUPLENTE: Alexandre Silveira (PSD) e Lael Varella (DEM)



MS Simone Tebet (PMDB)

FOTO: ROBERTO ARAUJO/MTE-MS

■ Natural do município de Três Lagoas (MS), casada, Simone Nassar Tebet nasceu em 1970 e é filha do ex-senador e ex-presidente do Congresso Nacional Ramez Tebet. A eleita é formada em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, especializada em ciência do direito pela Escola Superior de Magistratura e mestre em direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Simone Tebet trabalhou como professora universitária por 12 anos. Iniciou a carreira política em 2002, como deputada estadual. Em 2004, foi a primeira mulher eleita prefeita de Três Lagoas, tendo sido reeleita para o cargo em 2008. Em 2010, foi eleita vice-governadora de Mato Grosso do Sul na chapa do governador André Puccinelli.

Entre as principais realizações, está o projeto Coração de Mãe, que criou na Prefeitura de Três Lagoas. O projeto oferece atividades artísticas e esportivas a crianças para que as mães possam trabalhar. A nova senadora tem como proposta a redução de 30% no preço dos remédios, com o corte nos impostos federais.

- BENS DECLARADOS: R\$ 1.575.566,39
- SUPLENTE: Celso Dal Lago Rodrigues (PMDB) e Moacir Kohl (PSB)



MT Wellington Fagundes (PR)

FOTO: ZECA RIBEIRO/CO

■ Wellington Fagundes nasceu em 1957, em Rondonópolis (MT). Casado e pai de dois filhos, Fagundes é médico veterinário de formação e também atua no comércio. Participou dos movimentos estudantis e foi presidente da associação comercial de sua cidade e hoje ocupa uma cadeira na Câmara dos Deputados. Ele tem seis mandatos como deputado federal por Mato Grosso — sendo por duas vezes o mais votado do estado.

Na Câmara, Wellington Fagundes preside a Frente Parlamentar de Logística de Transportes e Armazenagem (Frenlog). Trabalhou buscando recursos para a infraestrutura do interior do estado, principalmente para a construção de pontes. Entre projetos de autoria dele, destacam-se a criação de estímulos à construção da casa própria e a Lei Geral dos Concursos Públicos.

Fagundes tem uma visão municipalista e afirma que vai cobrar o governo federal por uma presença maior do poder público nas fronteiras. Isso inclui, segundo ele, uma participação efetiva da Força Nacional de Segurança nessas regiões. Mato Grosso tem mais de 700 quilômetros de fronteira seca.

- BENS DECLARADOS: R\$ 8.666.604,04
- SUPLENTE: Jorge Yanai (PMDB) e Manoel Motta (PCdoB)



PA Paulo Rocha (PT)

FOTO: JANINE MORAES/CO

■ Paulo Roberto Galvão da Rocha, 63 anos, nasceu em 1951 no município de Curuçá (PA) e é técnico em artes gráficas. Iniciou a vida política no movimento sindical, tendo chegado à presidência do Sindicato dos Gráficos e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Integra o PT desde 1981.

Elegeu-se pela primeira vez deputado federal em 1990, sendo reeleito para três mandatos consecutivos — em 1994, 1998 e 2002. Em 2005, quando era líder do PT na Câmara dos Deputados, Paulo Rocha renunciou porque seu nome foi envolvido nas denúncias do mensalão. Ele foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal. Em 2010, disputou uma vaga ao Senado e ficou em terceiro lugar.

Como deputado federal, apresentou em 1995 a PEC do Trabalho Escravo, que enfrentou dificuldades para avançar. Então uma proposta semelhante criada no Senado foi aprovada em 2003 e remetida para a Câmara, onde a PEC de Paulo Rocha foi apensada. Em maio de 2012, a PEC foi aprovada em segundo turno e foi remetida de volta ao Senado por conta da inclusão, pela Câmara, da previsão de expropriação de imóveis urbanos.

- BENS DECLARADOS: R\$ 267.791,76
- SUPLENTE: Valdir Ganzer (PT) e Pastor Ibanes Taveira (PDT)



PB José Maranhão (PMDB)

FOTO: MOREIRA MARIZ/AGÊNCIA SENADO

■ Duas vezes eleito governador da Paraíba, uma vez vice-governador, um mandato como senador, três na Câmara e quatro como deputado estadual. Essa é a bagagem política que José Maranhão vai trazer em sua segunda passagem pelo Senado. Eleito pelo PMDB, Maranhão nasceu em 1933, na cidade de Araruna (PB). É formado em direito pela Universidade Federal da Paraíba e atua como empresário.

O primeiro mandato dele no Senado foi entre 2003 e 2009, quando renunciou para assumir o governo da Paraíba, no lugar de Cássio Cunha Lima. Como senador, apresentou 30 propostas e presidiu a Comissão Mista de Orçamento (CMO), de 2007 a 2008.

Na campanha eleitoral, dividiu as ações que pretende levar a cabo durante o mandato de senador em seis grandes eixos. Na área de educação, disse que pretende lutar pela implantação de escolas em tempo integral no estado. Prometeu ainda garantir aos proventos de aposentados e pensionistas os mesmos reajustes dados ao salário mínimo, afirmando que o Brasil precisa melhorar a qualidade de vida dessa população.

- BENS DECLARADOS: R\$ 8.830.629,26
- SUPLENTE: Nilda Gondim (PMDB) e Roosevelt Vita (PMDB)



PE Fernando Bezerra Coelho (PSB)

FOTO: WILSON DIAS/ABR

■ Fernando Bezerra de Souza Coelho nasceu em Petrolina, no sertão pernambucano, em 1957. É formado em administração, casado e pai de quatro filhos — um deles, Fernando Coelho Filho, é deputado federal. Também é sobrinho de Nilo Coelho, ex-governador de Pernambuco e ex-presidente do Senado.

Começou a vida pública como deputado estadual em Pernambuco, em 1982. Quatro anos depois, foi eleito deputado federal constituinte pelo estado. Ficou na Câmara por dois mandatos, interrompendo o segundo, em 1992, para assumir a prefeitura de Petrolina. Foi eleito para o mesmo cargo em 2000 e reeleito em 2004. Passou também pelas secretarias da Casa Civil (1985–1986), de Agricultura (1998) e de Desenvolvimento Econômico (2007–2010) de Pernambuco.

Como ministro da Integração Nacional (2011–2013), foi o responsável por gerir o início das obras da transposição do Rio São Francisco e criou um cartão de pagamento para facilitar a liberação de recursos da Defesa Civil para municípios atingidos por desastres naturais.

- BENS DECLARADOS: R\$ 2.761.735,69
- SUPLENTE: Carlos Augusto Costa (PV) e Eliane Rodrigues (PSB)



PI Elmano Férrer (PTB)

FOTO: PAULO BARROS/ONUVEICIAÇÃO

■ Elmano Férrer de Almeida, registrado na Justiça Eleitoral como “Elmano Vein Trabalhador”, nasceu em 1942 em Lavras da Mangabeira (CE) e passou a morar em Teresina aos 22 anos. É casado e tem três filhos. Além da formação técnica, é engenheiro agrônomo, advogado e pós-graduado em planejamento e desenvolvimento econômico.

Servidor público, já foi secretário de Planejamento e do Trabalho do Piauí, além de ter passado pelo Centro de Apoio a Pequenos Empreendimentos (Ceape), Embrapa, Sebrae e Sudene. Foi eleito vice-prefeito de Teresina em 2008 e assumiu o cargo em 31 de março de 2010.

Para o mandato no Senado, defende a descentralização dos hospitais de referência, a criação de polos de desenvolvimento regionais e a conclusão da rodovia Transcarrados. O combate à corrupção também é uma de suas bandeiras, com proposta de maior controle social. Outro compromisso é transformar em ação nacional projeto de sua gestão, o Ambulatório do Trabalhador, que disponibiliza consultas médicas noturnas.

- BENS DECLARADOS: R\$ 1.256.546,67
- SUPLENTE: José Amauri (Pros) e Alzenir Porto (PTB)



PR Alvaro Dias (PSDB)

FOTO: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

■ Prestes a completar 70 anos em dezembro, Alvaro Dias, reeleito com 77% dos votos válidos, volta ao Senado para o quarto mandato. Nascido em Quatá, interior de São Paulo, foi criado em Maringá, onde começou a vida profissional como radialista. A vida política teve início em Londrina, onde formou-se em história pela universidade estadual da cidade e onde elegeu-se vereador, em 1968.

A partir daí, o político, hoje filiado ao PSDB, ocupou as cadeiras de deputado estadual, federal (por duas vezes) e senador, pela primeira vez em 1982. Em 1986, foi eleito governador do Paraná.

Voltou ao Senado em 1998, mandato em que presidiu duas CPIs: a CPI do Futebol e a CPMI da Terra. Em 2006, foi reeleito com 2,5 milhões de votos. Em 2008, recebeu o Prêmio do Mérito Legislador pela apresentação do projeto que se transformou na Lei do Salário-Educação (Lei 10.832/2003), que determina o repasse direto dos recursos do salário-educação da União aos municípios, sem a intermediação dos governos estaduais.

No Senado, foi líder do PSDB de 2011 a 2013, atuando como uma das principais vozes de oposição ao governo federal na Casa.

- BENS DECLARADOS: R\$ 2.912.001,70
- SUPLENTE: Joel Malucelli (PSD) e Severino Araujo (PSB)



FOTO: LUCIO BERNARDO JR./CO

RJ Romário (PSB)

■ Romário de Souza Faria nasceu no dia 29 de janeiro de 1966 na comunidade do Jacarezinho, no subúrbio do Rio de Janeiro. Divorciado e pai de seis filhos, Romário é atualmente deputado federal e ficou conhecido no Brasil e no mundo pelo talento como jogador de futebol, tendo sido um dos protagonistas da conquista da Copa do Mundo de 1994 e escolhido um dos cinco melhores jogadores de futebol de todos os tempos em 2000.

Está no primeiro mandato como deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), tendo sido eleito em 2010 com 146.859 votos. Pautou a atuação parlamentar em defesa do esporte, das crianças, dos jovens e dos direitos das pessoas com deficiência. É o vice-presidente da Comissão de Turismo e Desporto, suplente da Comissão de Educação e Cultura, vice-presidente da Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência e diretor de Assuntos Esportivos e Acessibilidade da Frente Parlamentar da Atividade Física. Entre os projetos de autoria dele, está o PL 6.570/2013, que proíbe a cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência física ou intelectual em escolas particulares.

- BENS DECLARADOS: R\$ 1.311.189,82
- SUPLENTE: João Batista Lemos (PCdoB) e Vivaldo (PSB)



FOTO: BRITZA CAVALCANTE/CO

RN Fátima Bezerra (PT)

■ Natural da cidade de Nova Palmeira, na Paraíba, é formada em pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Nascida em 1955, Maria de Fátima Bezerra deu início a sua vida política presidindo associações relacionadas ao magistério e também o Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

Eleita deputada estadual por dois mandatos consecutivos em 1994 e 1998, recebeu os títulos de Parlamentar do Ano de 1996 e de Melhor Parlamentar da Legislatura 1995–1998. Exercendo o cargo de deputada federal desde 2003, foi a mais votada no Rio Grande do Norte logo na primeira candidatura ao cargo.

Sempre focada na área da educação, desde seu primeiro mandato é membro titular da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, tendo assumido, em 2011, a presidência do colegiado.

Propôs a criação do piso salarial do magistério, que deu origem à Lei 11.738/2008, e coordena a Frente Parlamentar em Defesa do Piso. Fátima trabalha também pela expansão da educação profissionalizante no país.

- BENS DECLARADOS: R\$ 558.000,00
- SUPLENTE: Jean-Paul Prates (PT) e Theodorico Netto (PT)



FOTO: MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

RO Acir Gurgacz (PDT)

■ Reeleito com 41,98% dos votos válidos, Acir Gurgacz nasceu em Cascavel (PR) em 1962. Migrou na década de 70 para Rondônia, junto com os pais, quando a empresa da família, a Eucatur, passou a operar linhas de ônibus entre Cascavel e Porto Velho.

Iniciou sua carreira política como prefeito de Ji-Paraná em 2000, eleito com 70% dos votos válidos. Dois anos depois, concorreu ao cargo de governador de Rondônia, obtendo 16,89% dos votos válidos no primeiro turno, alcançando o terceiro lugar.

Em 2006, Gurgacz obteve o segundo lugar na disputa para o Senado, com 210.531 votos (31,1% dos votos válidos). No entanto, em razão da cassação do primeiro colocado (que recebera 39% dos votos válidos), foi diplomado senador, seis meses depois da eleição.

Acir Gurgacz é também o presidente do Partido Democrático Trabalhista (PDT) em Rondônia. No Senado, preside a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Entre as bandeiras de campanha, estiveram a defesa da agricultura familiar, da Amazônia e de uma reforma política e tributária para o país.

- BENS DECLARADOS: R\$ 10.913.706,83
- SUPLENTE: Gilberto Piseló (PDT) e Pastor Valadares (PDT)



FOTO: DIVULGAÇÃO

RR Telmário Mota (PDT)

■ Telmário Mota de Oliveira nasceu em Boa Vista, em 1958, em uma comunidade indígena chamada Teso do Gavião, que hoje faz parte do município de Normandia. Filho de uma família humilde e criado sem pai, teve que trabalhar muito cedo: com 9 anos de idade já era vaqueiro em uma das fazendas da região. Viveu no analfabetismo até os 11 anos, e a mãe foi a maior incentivadora dos estudos.

Telmário Mota trabalhou como vaqueiro antes de se mudar para Boa Vista e se tornar office-boy no Bradesco, aos 17 anos. Fez carreira no banco, onde — já formado em contabilidade e economia — passou a ocupar o cargo de auditor fiscal. Também trabalhou no Tribunal de Contas de Roraima, como assessor técnico e chefe de gabinete.

Conquistou uma vaga de vereador de Boa Vista nas eleições de 2008 e disputou a Prefeitura da capital de Roraima em 2012, ficando em terceiro lugar.

Na eleição para o Senado, Telmário Mota iniciou nas pesquisas em terceiro lugar e na última pesquisa aparecia em segundo.

- BENS DECLARADOS: R\$ 3.049.000,00
- SUPLENTE: Thieres Pinto (PDT) e Rudson Leite (PV)



FOTO: DIVULGAÇÃO

RS Lasier Martins (PDT)

■ Nascido no município gaúcho de General Câmara em 1942, Lasier Costa Martins é formado em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mas ainda na adolescência deu início à carreira de jornalista, participando da equipe de esportes da Rádio Difusora de Porto Alegre. Em paralelo, trabalhava como advogado. Após 20 anos de atuação na advocacia, desistiu da carreira jurídica, dedicando-se apenas ao jornalismo.

Na década de 80, depois de 24 anos de atuação na Empresa Jornalística Caldas Júnior, ingressou na empresa de comunicação RBS, emissora gaúcha filiada à Rede Globo. Na RBS, tornou-se um dos jornalistas mais conhecidos do Rio Grande do Sul. Permaneceu na empresa por 26 anos, atuando como âncora de telejornais na RBS TV e como comentarista da emissora e também da Rádio Gaúcha.

Em outubro de 2013, Lasier Martins anunciou seu desligamento do Grupo RBS e do jornalismo para se dedicar à carreira política. Filiou-se ao PDT para concorrer a uma vaga no Senado nestas eleições.

- BENS DECLARADOS: R\$ 1.999.326,91
- SUPLENTE: Christopher Goulart (PDT) e Adilson Silva dos Santos (PEN)



FOTO: PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

SC Dário Berger (PMDB)

■ Nascido em 1956 em Bom Retiro (SC), Dário Elias Berger é formado em administração de empresas pela Universidade Federal de Santa Catarina e especializado em recursos humanos pela Universidade do Estado de Santa Catarina.

Iniciou a vida política no final da década de 80, quando esteve à frente da Comissão Municipal de Esportes na Prefeitura de São José. Ainda no mesmo município, exerceu o cargo de diretor-geral da Secretaria de Administração.

Em 1994, alcançou o primeiro cargo eletivo, o de vereador da Câmara de São José, onde chegou a ocupar a Presidência. Dois anos depois, foi eleito prefeito do mesmo município, vizinho a Florianópolis. Reelegeu-se à Prefeitura de São José em 2000. Em 2004, elegeu-se prefeito de Florianópolis, cargo para o qual foi reeleito em 2008.

Defende a saúde como prioridade e promete lutar pela construção de mais unidades de pronto atendimento (UPAs) e por mais investimento em infraestrutura e em logística a fim de impulsionar a geração de empregos em Santa Catarina.

- BENS DECLARADOS: R\$ 1.095.874,10
- SUPLENTE: Paulo Gouvêa (DEM) e Ayres Marchetti (PSD)



FOTO: FEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

SE Maria do Carmo (DEM)

■ Reeleita para o Senado com 48,91% dos votos dos eleitores sergipanos, Maria do Carmo do Nascimento Alves é advogada, nascida em Cedro de São João (SE) em 23 de agosto de 1941. É casada com o prefeito de Aracaju, João Alves Filho, com quem tem três filhos.

Administrou os negócios da família do ramo imobiliário e, em 1996, filiada ao PFL, disputou a Prefeitura de Aracaju, ficando em terceiro lugar. Na eleição seguinte, em 1998, elegeu-se senadora por Sergipe.

Em 2006, Maria do Carmo conseguiu a primeira reeleição ao Senado. Em março de 2008, no entanto, licenciou-se do cargo por motivo de saúde, quando a vaga foi assumida por Virgínio de Carvalho, primeiro-suplente. No início de 2009, retomou o mandato.

No Senado, apresentou projeto para instituir cota de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista. É autora do projeto que dá origem ao Dia Nacional do Inventor, 12 de novembro.

- BENS DECLARADOS: R\$ 2.434.303,97
- SUPLENTE: Ricardo Franco (PTB) e Pastor Virgínio (PSC)



FOTO: TRANSPARÊNCIA POLÍTICA

SP José Serra (PSDB)

■ Natural da capital paulista, José Serra nasceu em 1942 e é formado em engenharia civil pela Universidade de São Paulo, mestre em economia pela Universidade do Chile, além de ter outro mestrado e um doutorado também em economia pela Universidade de Cornell, nos Estados Unidos.

Iniciou a vida política participando do movimento estudantil na USP, chegando a exercer a função de presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) na década de 60. Em razão do golpe de 1964, mudou-se para o Chile, onde conheceu a esposa, Mônica Serra, com quem tem dois filhos nascidos lá.

Foi eleito prefeito de São Paulo em 2004, quando derrotou a então prefeita Marta Suplicy. Renunciou ao cargo de prefeito em março de 2006 para concorrer ao governo de São Paulo, tendo sido eleito no primeiro turno. Renunciou em abril de 2010 para ser candidato, pela segunda vez, à Presidência da República. Na primeira vez em que concorreu, em 2002, foi derrotado no segundo turno por Luiz Inácio Lula da Silva. Na segunda tentativa, em 2010, foi derrotado por Dilma Rousseff, também no segundo turno.

- BENS DECLARADOS: R\$ 1.553.822,22
- SUPLENTE: José Aníbal (PSDB) e Atilio Francisco (PRB)



FOTO: MOREIRA MARIZ/AGÊNCIA SENADO

TO Kátia Abreu (PMDB)

■ Reeleita com 41,64% dos votos válidos, Kátia Regina de Abreu, 49 anos, é viúva e mãe de três filhos. Nascida em Goiânia, formou-se em psicologia pela Universidade Católica de Goiás e tornou-se pecuarista ao assumir, com a morte do marido, em 1987, fazenda no antigo norte goiano, atualmente Tocantins.

Iniciou a carreira política em 1998, como candidata a deputada federal, ficando como primeira suplente. Assumiu a vaga na Câmara em duas oportunidades entre abril de 2000 e abril de 2002. É a segunda vez que concorre ao Senado. Em 2006, disputou e venceu a eleição derrotando Eduardo Siqueira Campos, que tentava a reeleição.

Kátia Abreu foi a primeira mulher a assumir a presidência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), entidade que reúne os produtores de alimentos do país. Foi escolhida para presidir a bancada ruralista no Congresso Nacional, sendo a primeira mulher no país a comandá-la. Em 2009, a senadora foi eleita uma das cem personalidades mais influentes do Brasil por uma revista.

- BENS DECLARADOS: R\$ 4.131.891,79
- SUPLENTE: Donizeti Nogueira (PT) e Bispo Guaracy (PSD)

Há 120 anos, pouco eleitor e muito candidato

Na 1ª eleição direta, em 1894, analfabetos e mulheres não votaram.

Lista com resultado final trouxe 205 nomes

Ricardo Westin

FAZ 120 ANOS que os brasileiros tiveram a primeira experiência de ir às urnas para escolher o presidente. Quem compara a histórica eleição de 1894 com os pleitos de hoje, porém, no máximo divisa uma vaga semelhança. A começar pelos candidatos. Na primeira eleição direta, a lista com o resultado elencou nada menos que 205 nomes.

O vencedor foi Prudente de Moraes, mas os documentos da votação — que estão guardados no Arquivo do Senado, em Brasília — revelam que os eleitores também fizeram escolhas esdrúxulas.

No final da longa lista, surge uma multidão de desconhecidos. Dos 205 presidenciais, 116 tiveram um voto só. Machado de Assis decifrou o estranho fenômeno. Numa crônica, atribuiu a existência de tantos lanterninhas anônimos a votantes que usaram a urna para singelamente homenagear os amigos.

As leis eleitorais eram frouxas em 1894. Não era necessário filiar-se a partido nem oficializar candidatura. O eleitor tinha liberdade para escrever qualquer nome na cédula, até o dele próprio ou o de um cidadão que não fosse candidato.

Ganharam votos até os príncipes Pedro de Alcântara e Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha. Foram votos desper-



Florianos, que deixava o poder, e Prudente, o eleito, na *Revista Ilustrada* em 1894: em nome dos brasileiros, o semanário "joga-lhes um punhado de flores"

diçados: eles eram netos de dom Pedro II e haviam sido expulsos do país com a família imperial. Parte do eleitorado queria o visconde de Ouro Preto na Presidência. Como ex-primeiro-ministro do Império, ele tampouco obteria autorização para tomar posse.

Florianos Peixoto, o presidente de então, ficou em 16º lugar. Foi outro caso curioso: a Constituição de 1891 era categórica ao proibir a reeleição.

Cartas marcadas

Na prática, Prudente foi aclamado — dos 351 mil votos totais, obteve 291 mil. Afonso Pena, segundo colocado, em momento algum representou perigo — amealhou 38 mil. Logo abaixo aparecem figuras como Cesário Alvim, bisavô mineiro do músico Chico Buarque, e Silveira Martins, pivô acidental da queda da monarquia. Ruy Barbosa recebeu votos em todas as eleições até morrer, em 1923,

embora só tenha concorrido oficialmente duas vezes.

Segundo o cientista político Jairo Nicolau, autor de *História do Voto no Brasil* (Jorge Zahar Editor), a vitória foi arrasadora porque a política era um jogo de cartas marcadas. Nem sequer era preciso fazer campanha. Nos primeiros 40 anos da República, a oposição nunca venceu.

— As elites ditavam quem seria o presidente. As eleições eram apenas uma forma de referendar uma decisão política já tomada, e não o momento em que a população escolhia seus governantes.

O eleitorado era irrisório. Numa população de 14,3 milhões, só 800 mil estavam habilitados a votar (5,6%). Hoje, mais de 70% dos brasileiros podem ir às urnas. O direito era negado a mulheres, analfabetos, mendigos, soldados rasos e religiosos sujeitos a voto de obediência. O eleitor devia ter ao menos

21 anos. Eram restrições brutais. As mulheres respondiam por metade da população. Os negros, recém-beneficiados pela Lei Áurea, eram quase todos iletrados. Mesmo entre os brancos, poucos liam e escreviam naquele Brasil rural.

Walter Costa Porto, ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral e autor de *A Mentirosa Urna* (Martins Fontes), ressalta que a Constituição de 1891 não vedava o voto feminino explicitamente:

— Não precisava estar escrito. Era um tempo em que a mulher não tinha direito nem liberdade. Primeiro, ela era subordinada ao pai. Depois, ao marido. Quando ficava viúva, ao filho mais velho.

Para piorar, a abstenção era altíssima. Mais da metade dos eleitores inscritos não apareceu para votar em 1894. O voto não era obrigatório.

As elites dispunham de dois instrumentos para vencer. O primeiro eram as fraudes.

Entre as artimanhas, estavam depositar cédulas extras nas urnas e adulterar as atas com as apurações. O segundo era o Congresso, que organizava as eleições federais. Os senadores e deputados tinham o poder de coroar os aliados e barrar os inimigos. A logística das votações agora cabe à Justiça Eleitoral, fora da influência política. Diz a historiadora Dulce Pandolfi, da Fundação Getúlio Vargas:

— Enquanto em outros países a República era associada a eleição, partidos, interesse público e imparcialidade da lei, aqui era identificada com fraude, corrupção, interesse particular e ausência do povo. A República fora implantada para acabar com os vícios do Império, mas, pelo menos nas primeiras décadas, fracassou.

📺 Saiba mais sobre a 1ª eleição em vídeo da Agência Senado (<http://bit.ly/eleicoes1894>) e reportagem da Rádio Senado (<http://bit.ly/eleicoes2014radio>).

Em crônica bem-humorada, Machado de Assis mostra que abstenção na 1ª eleição foi elevada

Leia, a seguir, trechos da crônica publicada por Machado de Assis na *Gazeta de Notícias*, do Rio, em março de 1894, sobre a votação. A íntegra está em <http://bit.ly/cronicaVotacao>.

“Eram dez horas menos um minuto. Havia 47 eleitores. Abriam-se as urnas, que foram mostradas aos eleitores, a fim de que eles vissem que não havia nada dentro. Os cinco mesários já estavam sentados, com os livros, papéis e penas. (...)”

Tinha começado a chamada e prosseguia lentamente para não dar lugar a reclamações. Nove décimos

dos eleitores não respondiam (...).

— Antônio José Pereira — chamava o mesário.

— Está na Europa — dizia um eleitor, explicando o silêncio.

— Pôncio Pilatos!

— Morreu, senhor; está no Credo.

Um eleitor, brasileiro naturalizado, francês de nascimento, disse-me ao ouvido:

— Por que não se põe aqui a lei francesa? Na França, para cada eleição há diplomas novos com o dia da eleição marcado, de maneira que só serve para esse. Se fizéssemos isto, não chamaríamos o senhor Pereira,

que desde 1889 vive em Paris, 28 bis, rua Breda, nem o procurador da Judeia, pela razão de que eles não teriam vindo tirar o diploma, oito dias antes. Compreendeis?

— Compreendi; mas há também abstenções.

— Não haveria abstenção de votos. Os abstencionistas não teriam diplomas.

A chamada ia coxeando. Cada nome, como de regra, era repetido, com certo intervalo, e eu estava três quarteirões adiante. Queixei-me disto ao ex-francês, que me disse:

— Mas, senhor, também este método de chamar pelos nomes é desusado.

— Como é então? Chama-se pelas cores? Pelas alturas? Pelos números das casas?

— Não, senhor; abre-se o escrutínio por certo número de horas; os eleitores vão chegando, votando e saindo.

— Sério?

— Sério.

— Não creio que nos Estados Unidos da América...

Outro eleitor, brasileiro naturalizado, norte-americano de nascimento, acudiu logo que lá era a mesma coisa.

— (...) Não se esqueça que o *time is money* é invenção nossa. Não seríamos nós que iríamos perder uma infinidade de tempo a ouvir nomes. O eleitor entra, vota, retira-se e vai comprar uma casa, ou vendê-la. Às vezes mais, vai casar-se. (...)”

— Padre Diogo Antônio Feijó! — prosseguia o mesário.

Pausa.

— Padre Diogo Antônio Feijó!”

Deputado vê falhas na votação e tenta anular vitória de Prudente

Tudo indicava que a sessão do Congresso transcorreria em paz. Cabia aos senadores e deputados apenas oficializar a vitória de Prudente de Moraes, dono de avassaladores 83% dos votos na eleição presidencial. A sessão, porém, acaba se transformando numa das mais caóticas daquele início de República. No centro da confusão está o deputado Flavio Araújo (BA), de 31 anos. Ele sobe à tribuna e, para espanto geral, pede que a eleição seja anulada.

Enquanto o jovem deputado fala, os demais parlamentares, exaltados, rechaçam o colega aos gritos. O senador Ubaldino do Amaral (PR), que preside a sessão, aciona a campanha diversas vezes, na tentativa de restaurar a ordem. A sessão corre no Palácio Conde dos Arcos, a sede do Senado, no Rio de Janeiro. Prudente de Moraes (SP) é senador, mas não está presente.

Para Araújo, a eleição deveria ser anulada por três motivos. Em primeiro lugar, o Sul do país não votou. Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná foram impedidos de ir às urnas por causa do estado de sítio imposto em reação à Revolução Federalista.

— O resultado é que o primeiro magistrado eleito por sufrágio direto, o honrado doutor Prudente de Moraes, virá a ocupar a alta posição sem o prestígio popular necessário para afrontar a crise que atravessa a pátria — diz.

Em segundo lugar, outros

quatro estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba) e o Distrito Federal (cidade do Rio) votaram após um estado de sítio que só acabou na véspera da eleição. A causa foi a Revolta da Armada. Ele argumenta:

— No estado de sítio, estiveram suspensas a liberdade de imprensa e as garantias constitucionais dos cidadãos. Não houve meio de os divergentes da opinião vencedora exercerem o seu direito. Como é que os ilustres congressistas entendem que houve liberdade para concurso de todas as opiniões às urnas?

Tempestade

Em terceiro lugar, o deputado cita a abstenção. O voto é facultativo. O Brasil conta 800 mil eleitores, mas só 351 mil votaram. A cidade do Rio, como comparação, tem nesse momento 522 mil habitantes. Ele atribui a ausência às fraudes, frequentes na época, o que teria levado muitos a crer que o jogo já estava decidido.

Flavio Araújo, então, apresenta uma emenda determinando que se anule a eleição de março e se convoque outra para setembro, “garantidas as liberdades a todo o território da República”. A confusa sessão se dá em junho de 1894.

— Sua Excelência [Prudente], um dos próceres da República, deveria ser o primeiro a apelar para a opinião calma e sensata, independente e livre do país e viria a conquistar não cento e tantos mil [102 mil votos dos estados que

não tiveram estado de sítio], mas a quase unanimidade de votos — afirma.

Um dos mais enfurecidos é o deputado Nilo Peçanha (RJ), mais tarde o sétimo presidente do país. Ele corta o orador e esbraveja:

— A eleição foi tão livre que opositoristas lograram triunfar [nas eleições para o Senado e a Câmara, simultâneas à eleição presidencial].

Os jornais informam que o Senado virou palco de uma “tempestade” e classificam a emenda de “infelicíssima”.

Até os taquígrafos, acostumados a tomar nota em meio a sessões acaloradas, ficam desorientados. As páginas dos *Anais do Congresso* trazem expressões vagas como “um senhor deputado” (quando os taquígrafos não conseguiram apontar o autor de uma fala) e “muitos apartes” (quando não entenderam o que os parlamentares disseram).






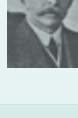

Araújo, numa tentativa extrema de convencer os colegas, chega a declarar que a ditadura é melhor que a democracia sem apoio popular:

— Sou democrata, mas, nas circunstâncias atuais, prefiro um governo forte a um governo fraco. Só um governo forte, honesto, sensato pode salvar a dignidade nacional. O atual [o de Floriano Peixoto] já tem dado provas de que o é, coisa que não pode conseguir um governo fraco, sem prestígio, sem apoio da opinião nacional [o de Prudente].

Ante os ataques incessan-

O resultado da votação

Dos 351 mil votos totais, Prudente recebeu 291 mil e elegeu-se presidente em 1894

82,9% DOS VOTOS	PRUDENTE DE MORAES É senador de SP quando vence a eleição para ser o 3º presidente do Brasil e o 1º escolhido pelo voto direto. Foi deputado provincial e deputado geral no Império e governador na República.	
10,9%	AFONSO PENA É o governador de MG e mais tarde seria o 6º presidente do país. Morreu em pleno mandato presidencial, em 1909, por causa de uma pneumonia. Suas origens eram monárquicas — foi ministro de dom Pedro II.	
1%	CESÁRIO ALVIM É senador de MG. No Império, foi governador do RJ. Na República, governador de MG, ministro do Interior e prefeito do Rio. Seu descendente mais famoso é o bisneto Chico Buarque.	
1%	RUY BARBOSA É senador da BA. Polivalente, é jurista, advogado e diplomata. Foi deputado e ministro. Mais tarde, ajudaria a criar a Academia Brasileira de Letras. Enquanto viveu, até 1923, recebeu votos em todas as eleições presidenciais.	
1%	ALMEIDA COUTO É o prefeito de Salvador. No Império, governou SP e BA. Ocupando este último posto quando Pedro II foi deposto, ele organizou uma reação dos baianos à imposição da República.	
0,6%	LAURO SODRÉ Governou o PA. Em 1891, foi o único governador que se opôs a Deodoro quando o presidente dissolveu o Congresso. Entre 1904 e 1905, senador do DF, passou dez meses preso por insuflar militares contra a vacinação compulsória no Rio.	
0,4%	SILVEIRA MARTINS Ex-governador do RS, é inimigo de Deodoro desde que disputaram uma mulher. Deodoro, em 1889, pretendia só derrubar o gabinete do visconde de Ouro Preto, mas decidiu ir mais longe e acabar com a monarquia ao ouvir que dom Pedro II daria o gabinete a Silveira Martins.	
0,7%	OUTROS Mais 198 nomes foram votados.	
1,5%	VOTOS EM BRANCO	

Fonte: *Anais do Congresso Nacional*

tes, Flavio Araújo finalmente se dá por vencido e abre mão de sua emenda. Sem esconder o ressentimento, avisa:

— Espero que no futuro não tenha de recordar aos ilustres congressistas, que me acolheram tão pouco generosamente, as minhas previsões quanto aos perigos que corre a República e quanto à sorte dos governos que

não se apoiam no sufrágio da opinião e nas simpatias do coração de um povo.

Ânimos apaziguados, o parecer que reconhece a eleição de Prudente é aprovado. Ninguém vota contra. Num editorial sobre o histórico dia, o jornal *Gazeta de Notícias* se queixa de que faltou pompa — ou “aparatoso solenidade” — à sessão do Congresso.

Presidente enfrenta birra do antecessor, trama do vice e até atentado

Prudente de Moraes passou quatro anos extenuantes na Presidência. As turbulências começaram antes mesmo da posse, em 1894. Vindo de Piracicaba (SP), ele não encontrou recepção nenhuma ao desembarcar do trem no Rio. Foi o primeiro sinal de que o presidente Floriano Peixoto não estava feliz por entregar o poder.

As hostilidades continuaram. Floriano não quis recebê-lo para tratar da transição, alegando falta de horário na agenda. No dia da posse, não enviou carruagem oficial ao hotel onde o sucessor se hospedava. Prudente teve de alugar uma carroça às pressas para chegar ao Palácio Conde dos Arcos, o Senado. Após o juramento, o novo presidente rumou para o Itamaraty, o palácio presidencial, mas achou o prédio às moscas — aberto, sujo e sem funcionários. Floriano não estava, pois se negara a transmitir o cargo.

— Foi pirraça — resume o jornalista

J. Natale Netto, autor de *Floriano, o Marechal Implacável* (Novo Século).

O marechal Floriano não viu com bons olhos a chegada dos civis ao poder. Afinal, foram os militares que em 1889 proclamaram a República.



Prudente em charge de 1895: presidente que nunca cai nas covas abertas pelos inimigos

Prudente tinha um currículo respeitável. Havia sido governador de São Paulo e, como senador, presidido a Assembleia Nacional Constituinte. Na primeira eleição presidencial, indireta, em 1891, ficara em segundo lugar — os parlamentares deram vitória ao marechal Deodoro da Fonseca, que meses depois renunciaria e seria sucedido por Floriano, seu vice.

Em 1894, o Sul se ensanguentava na Revolução Federalista. Em 1896, explodia a Guerra de Canudos, na Bahia. No primeiro conflito, Prudente costurou o acordo de paz. No segundo, massacrou os revoltosos.

— Prudente não conseguiu grandes feitos econômicos ou sociais. Sua proeza foi pacificar o país. Com ele, encerrou-se a transição da monarquia para a República e o novo regime se consolidou de vez — diz a historiadora Renata Gava, diretora do Museu Prudente de Moraes, de Piracicaba.

O presidente tinha um inimigo insuspeito. Era Manoel Victorino, seu próprio vice. Em 1896, Prudente se afastou por causa de uma cirurgia nos rins. Victorino assumiu o poder e foi tomado pela ideia de não devolver o cargo. Trocou ministros e transferiu a Presidência do Itamaraty para o Catete. Ciente da trama, Prudente, que se tratava em Teresópolis (RJ), decidiu voltar de surpresa e Victorino, sem tempo para reagir, não teve opção senão entregar a cadeira presidencial.

Em 1897, Prudente enfrentou a última turbulência. Durante uma cerimônia, um soldado encostou uma pistola em seu peito. O presidente foi rápido e, com a cartola, conseguiu afastar a arma. O soldado, então, sacou uma espada e matou o ministro da Guerra. Prudente saiu ileso. Victorino foi processado como mandante do atentado. Ante a falta de provas, o vice acabou sendo inocentado.

A seção Arquivo S, resultado de uma parceria entre o Jornal do Senado e o Arquivo do Senado, é publicada na primeira segunda-feira de cada mês.

Candidatos mais votados no primeiro turno das eleições presidenciais repetem polarização partidária ocorrida nas últimas cinco eleições. Segundo turno será no dia 26

Dilma e Aécio disputarão o segundo turno

A PRESIDENTE DILMA Rousseff (PT) e o senador Aécio Neves (PSDB) farão a disputa em segundo turno das eleições presidenciais. Com 99,9% das urnas apuradas, Dilma obteve 41,6% dos votos válidos (43,2 milhões) contra 33,5% de Aécio (34,9 milhões). A terceira colocada, Marina Silva (PSB), havia atingido 21,3% dos votos válidos (22,1 milhões).

Dilma reúne sob a coligação Com a Força do Povo, além do seu partido, PMDB, PDT, PCdoB, PP, PR, PSD, Pros e PRB. Aécio está amparado pela Coligação Muda Brasil, que reúne PSDB, PMN, SD, DEM, PEN, PTN, PTB, PTC e PTdoB.

Dilma foi a mais votada em 15 estados e Aécio, em 10. Marina Silva venceu no Acre, seu estado de origem, e em Pernambuco, com 48% dos votos válidos.

Candidata à reeleição, Dilma venceu em Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba e Piauí, onde obteve 70,5% dos votos válidos. Ela também venceu no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Norte,



Candidata à reeleição, Dilma Rousseff enfrentará o senador Aécio Neves no segundo turno das eleições

no Rio Grande do Sul, em Sergipe e no Tocantins.

Candidato da oposição, Aécio Neves venceu no Distrito Federal, no Espírito Santo, em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e São Paulo, estado com

o maior número de eleitores, onde obteve 44,2% dos votos válidos.

Perfis

Primeira mulher a se tornar presidente da República do Brasil, Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte.

Iniciou a militância política aos 16 anos e ingressou na luta armada contra a ditadura. Foi presa em 1970, no Presídio Tiradentes, na capital paulista, por quase três anos, e submetida a tortura.

Na primeira entrevista após a eleição em 2010, Dilma afirmou que a marca que gostaria para o governo era a erradicação da pobreza. Algumas bandeiras prometidas para um segundo mandato são combate à corrupção, expansão da banda larga, autonomia do Banco Central e criminalização da homofobia.

Natural de Belo Horizonte, Aécio Neves da Cunha nasceu em 10 de março de 1960. Começou a carreira política como secretário pessoal do avô Tancredo Neves. Um ano depois da morte do avô, Aécio elegeu-se deputado federal constituinte.

Eleito para o governo de Minas Gerais duas vezes no primeiro turno, em 2002 e 2006, e com a maior taxa de aprovação entre governadores em 2009, foi cotado para disputar a Vice-Presidência da República na chapa de Serra em 2010, mas recusou o convite. No mesmo ano, foi eleito senador.

Aumenta o total de eleitores faltosos Na Câmara dos Deputados, PT mantém maior bancada

O resultado do primeiro turno confirma a tendência de queda no comparecimento de eleitores às urnas registrada desde 2006. Segundo os dados do TSE, 19,39% dos eleitores — ou seja, mais de 27,6 milhões — não compareceram às urnas ontem. No primeiro turno das eleições de 2006, esse percentual foi de 16,75% e, em 2010, de 18,12%.

Historicamente, no segundo turno, o comparecimento dos eleitores tende a cair ainda mais. Em 2006, 18,99% dos aptos a votar não foram às

urnas, percentual que subiu para 21,55% em 2010.

Em entrevista coletiva, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Dias Toffoli, destacou a consolidação da democracia e minimizou problemas com a identificação biométrica.

— Se houve casos em que existiu algum atraso, está mais do que claro, pelo horário de divulgação dos resultados, que foram casos isolados.

Outro problema relatado pelos eleitores foi a propaganda eleitoral irregular até nos

locais de votação. No Distrito Federal, por exemplo, segundo o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), foram apreendidas 350 toneladas de propaganda durante toda a campanha eleitoral. O volume é mais do que o dobro do recolhido em São Paulo. Na maior cidade do país, foram apreendidas 160 toneladas de propaganda eleitoral irregular.

Em relação à segurança, 12 estados foram autorizados pela Justiça Eleitoral a ter reforço de tropas federais. Toffoli autorizou o envio da Força Nacional de Segurança Pública para 24 municípios de Santa Catarina, em razão de diversos ataques registrados nos últimos dias a agentes de segurança e a bases policiais, além de ônibus queimados. Outros 11 estados já haviam recebido a autorização. Mais de 200 localidades em todo o país tiveram reforço ontem. Segundo o TSE, o Piauí é o estado com mais locais de votação monitorados por tropas federais — 66, no total.

A apuração parcial mostra que o PT continuará como maior partido da Câmara, com 70 deputados, 18 a menos do que hoje. A projeção aponta o PMDB como a segunda maior bancada (66 deputados). O PSDB, que hoje é a quarta maior bancada, passará a ter 54 deputados, seguido pelo PSD, com 37 deputados.

O número de partidos na Câmara passará de 22 para 28.

Os resultados serão confirmados após o julgamento dos pedidos de impugnação de candidaturas. Atualmente, há pendentes cerca de 800 processos, entre eles o do deputado federal Paulo Maluf (PP-SP).

O consultor legislativo do Senado Arlindo Fernandes vê mais dificuldades para o próximo presidente montar uma base na Câmara.

— Nenhum partido tem sequer 15% das cadeiras na Câmara. Os dois maiores chegam a pouco mais de um quarto da composição da Casa (133

deputados). Ou seja, ainda seriam necessários mais 124 deputados para obter maioria absoluta, o que não seria suficiente para aprovar emendas constitucionais — analisa.

Para Fernandes, a pulverização é uma das consequências da possibilidade de criação de novos partidos, especialmente após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a fidelidade partidária: a troca de partido só não será punida com a perda do mandato no caso de mudança para aderir a uma nova legenda.

O cientista político David Fleischer, da Universidade de Brasília, faz análise similar. Para ele, a perda de força dos maiores partidos amplia a necessidade de negociação com o grupo de parlamentares reunidos em pequenos partidos, que cresceu nestas eleições. Caso contrário, Fleischer acredita que o Executivo terá dificuldades para aprovar projetos.



Propaganda irregular nos locais de votação foi relatada pelos eleitores

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burtle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333